



SUMÁRIO

Nota à 9ª edição, xv

Nota à 8ª edição, xvii

Nota à 7ª edição, xix

Nota à 6ª edição, xxi

Nota à 5ª edição, xxiii

Nota à 4ª edição, xxv

Introdução, 1

1 DA PRIVATIZAÇÃO, 5

1.1 Noção, 5

1.2 Fundamentos, 8

1.2.1 Crescimento desmesurado do Estado: o Estado Social de Direito, 8

1.2.2 Consequências negativas da instauração do Estado Social de Direito, 11

1.2.3 Estado Democrático de Direito, 14

1.2.4 Estado Subsidiário, 15

1.3 Parceria e gestão associada, 23

2 DIREITO BRASILEIRO, 26

2.1 A Constituição de 1988, 26

2.2 A reforma da Administração Pública, 30

2.3 Alterações preconizadas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 32

2.4 Modalidades de parceria em função do tipo de atividade administrativa, 38

- 3 A DESCENTRALIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 44
 - 3.1 Descentralização política e administrativa, 44
 - 3.2 Descentralização administrativa, 45
 - 3.2.1 Descentralização territorial ou geográfica, 46
 - 3.2.2 Descentralização por serviços, técnica ou funcional, 47
 - 3.2.3 Descentralização por colaboração, 48
 - 3.3 Evolução das formas de descentralização administrativa, 52
 - 3.3.1 Concessão a empresas privadas, 53
 - 3.3.2 Surgimento das sociedades de economia mista e empresas públicas, 54
 - 3.3.3 Concessão de serviços públicos a empresas estatais, 55
 - 3.3.4 De novo a concessão a empresa privada, 59
 - 3.3.5 Outras formas de delegação de serviços públicos, 60
- 4 CONCESSÃO E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, 65
 - 4.1 A questão da terminologia, 65
 - 4.2 O vocábulo *concessão* em sentido amplo, 67
 - 4.3 Modalidades de concessão, 68
 - 4.4 Concessão de serviço público e parcerias público-privadas como formas de privatização, 69
 - 4.5 Normas legais aplicáveis à concessão de serviço público e às parcerias público-privadas, 69
 - 4.6 Competência legislativa, 71
- 5 CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 76
 - 5.1 Introdução, 76
 - 5.2 Conceito, 76
 - 5.3 Duas ideias antitéticas no contrato de concessão de serviço público, 77
 - 5.3.1 Concessão como forma de gestão de serviço público, 79
 - 5.3.1.1 Aspecto regulamentar da concessão, 79
 - 5.3.1.2 Prerrogativas públicas do concessionário, 80
 - 5.3.1.3 Princípios inerentes à concessão, 80
 - 5.3.1.4 Poderes da administração concedente, 84
 - 5.3.1.5 Reversão, 92
 - 5.3.1.6 Natureza pública dos bens afetados à prestação do serviço, 93
 - 5.3.1.7 Responsabilidade civil regida pelo direito público, 94
 - 5.3.1.8 Efeitos trilaterais da concessão, 96
 - 5.3.2 Concessão de serviço público como contrato, 99
 - 5.3.2.1 Direito ao equilíbrio econômico-financeiro, 99
 - 5.3.2.2 Remuneração do concessionário, 109
 - 5.3.3 Subcontratação, subconcessão, transferência da concessão e transferência do controle acionário, 111

- 5.3.4 O prazo nas concessões e permissões, 115
- 5.3.5 Modalidades de extinção, 117
- 5.4 Da licitação para concessão de serviço público, 120
- 5.5 Desvirtuamento do instituto da concessão, 125
 - 5.5.1 Objetivo de lucro pelo poder concedente, 126
 - 5.5.2 Uso remunerado de faixas de domínio e de bens públicos municipais, 129
- 6 CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA E PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, 132
 - 6.1 Concessão de obra pública, 132
 - 6.2 Permissão de serviço público, 133
 - 6.3 Autorização de serviço público, 137
 - 6.4 Autorização do serviço de telecomunicações, 140
- 7 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, 145
 - 7.1 Introdução, 145
 - 7.2 Conceito e modalidades, 147
 - 7.3 Concessão patrocinada, 148
 - 7.3.1 Conceito, 148
 - 7.3.2 Pontos comuns com a concessão de serviço público, 149
 - 7.3.3 Distinção entre concessão de serviço público e concessão patrocinada, 151
 - 7.3.4 Remuneração, 152
 - 7.4 Concessão administrativa, 153
 - 7.5 Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa, 157
 - 7.5.1 Contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, 157
 - 7.5.2 Equilíbrio econômico-financeiro. Repartição de riscos, 157
 - 7.5.3 Compartilhamento de ganhos econômicos, 158
 - 7.5.4 Financiamento por terceiros. Garantias e contragarantias, 159
 - 7.5.5 O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), 163
 - 7.5.6 Da sociedade de propósitos específicos, 166
 - 7.5.7 Do órgão gestor das parcerias público-privadas, 168
 - 7.5.8 Do controle, 169
 - 7.5.9 Das penalidades, 169
 - 7.5.10 Do prazo, 172
 - 7.5.11 Providências prévias à licitação, 172
 - 7.5.11.1 Autorização e motivação, 172
 - 7.5.11.2 Observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, 173
 - 7.5.11.3 Consulta pública, 175

- 7.5.11.4 Licença ambiental, 175
- 7.5.12 Da licitação, 176
- 8 O PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS, PERMITIDOS OU AUTORIZADOS, 179
 - 8.1 Características, 179
 - 8.2 Modelo norte-americano, 183
 - 8.2.1 Noções gerais, 183
 - 8.2.2 Função quase-legislativa. Evolução, 184
 - 8.3 Função reguladora das agências no direito brasileiro, 190
 - 8.3.1 Regulação e regulamentação. Re-regulação e desregulação, 190
 - 8.3.2 Função normativa de órgãos administrativos no direito brasileiro, 194
 - 8.3.3 Função reguladora das agências reguladoras, 196
- 9 FRANQUIA, 201
 - 9.1 Da franquia no direito privado, 201
 - 9.2 Do uso da franquia pela Administração Pública, 205
 - 9.3 Contrato de concessão, franquia e terceirização, 209
 - 9.3.1 Franquia como modalidade de concessão, 209
 - 9.3.2 Distinções entre concessão de serviço público e franquia, 211
 - 9.3.3 Da franquia na Administração Direta e Indireta, 213
- 10 TERCEIRIZAÇÃO, 215
 - 10.1 Terceirização como forma de privatizar, 215
 - 10.2 Terceirização do trabalho pela empresa privada, 216
 - 10.3 Terceirização no âmbito da Administração Pública, 223
 - 10.4 Terceirização de serviços públicos, 227
 - 10.4.1 Terceirização na área da saúde, 231
 - 10.4.2 Terceirização na área da educação, 233
- 11 CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS, 235
 - 11.1 Convênios, 235
 - 11.2 Consórcio público, 243
 - 11.2.1 Considerações gerais, 243
 - 11.2.2 Conceito e natureza jurídica, 246
 - 11.2.3 Constituição, alteração e extinção do consórcio, 249
 - 11.2.4 Contratos de rateio, 252
 - 11.2.5 Contratos de programa e convênios de cooperação, 253
- 12 PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR, 257
 - 12.1 Terceiro setor, 257

- 12.2 Contratos de gestão, 260
 - 12.2.1 Dificuldades do tema no direito brasileiro, 260
 - 12.2.2 Direito francês, 261
 - 12.2.3 Direito brasileiro, 266
 - 12.2.3.1 Contratos de gestão com órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, 266
 - 12.2.3.2 Contratos de gestão com organizações sociais, 271
 - 12.2.3.3 Os Serviços Sociais Autônomos como inspiração para as organizações sociais, 277
 - 12.2.3.4 O Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, 280
 - 12.2.3.5 Conclusões, 283
 - 12.3 Termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público, 284
- 13 DA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA PARCERIA COM O SETOR PRIVADO COMO FORMA DE FUGIR AO REGIME JURÍDICO PÚBLICÍSTICO, 289
- 13.1 Fundações de apoio a entidades públicas, 289
 - 13.2 Cooperativas prestadoras de serviços públicos, 298
- 14 DOS RISCOS PARA O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, 304
- APÊNDICES, 309
- Parecer 1. Impenhorabilidade de bens afetados à prestação de serviço concedido, 311
 - Parecer 2. Autorização legislativa e modalidade de licitação na privatização de empresas estatais concessionárias de serviços públicos, 328
 - Parecer 3. Prestação de garantia na concessão de serviço público, 346
 - Parecer 4. Advocacia Pública. Limites à terceirização, 361
 - Parecer 5. Transporte coletivo. Permissão com fixação de prazo, 381
 - Parecer 6. Concessão de serviço público. Natureza jurídica da remuneração paga pelos usuários, 391
 - Parecer 7. Uso de faixas de domínio e de bens públicos municipais para instalação de serviços públicos concedidos, 405
 - Parecer 8. Compartilhamento de infraestrutura por concessionárias de serviços públicos. Preço justo e razoável. Solução administrativa de conflitos, 429
- Bibliografia*, 455
- Índice remissivo*, 461